



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – DMMA
Rua Firmino de Paula, 799, Centro - Ibirubá - RS / Fone: (54) 3324-8570

AUTORIZAÇÃO Nº 128/2020

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Município de IBIRUBÁ/RS, tendo como sede a Prefeitura Municipal de Ibirubá, situada na Rua Tiradentes, 700, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, através do Departamento Municipal de Meio Ambiente, com base no processo administrativo nº 3614/2020, em conformidade com a solicitação sob protocolo nº 3762, expede a presente AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL a:

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO:

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ, CPF/CNPJ: 87.564.381/0001-10

LOCAL DO EMPREENDIMENTO: Rua Firmino de Paula, 1918, Bairro Progresso, município de Ibirubá/RS. Matrícula: 18052 - Registro de Imóveis da Comarca de Ibirubá. Coordenadas geográficas: Latitude - 28°37'41,05" e Longitude -53°06'1,84".

ATIVIDADE: REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO POSTO DE SAÚDE

2. RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S):

Responsável	Registro	Nº ART / RRT	Tipo de Responsável
Roberta Suelen Ahlert Durigon	CAU A46849-5	9737957	Responsável pelo Projeto da construção civil

3. SITUAÇÃO ATUAL: Após vistoria/análise realizada em 23/07/2020, o Engenheiro Florestal Nelson Antonio Nicolodi, CREA/RS 039180-D, apresenta as seguintes considerações técnicas:

- O local da construção NÃO apresenta restrições ambientais que merecessem registro;
- Que o local NÃO está inserido em Área de Preservação Permanente (APP) conforme Lei Federal 12651/2012;
- Não identificamos locais de abrigo de fauna silvestre na área de influencia direta.
- Não observamos espécie da flora ameaçada de extinção, conforme Decreto Estadual numero 52109/2014.
- Não se registrou espécies da fauna ameaçada de extinção, criticamente em perigo, em perigo, ou vulnerável, conforme Decreto Estadual 41672/2002 e Instrução Normativa numero 03 de 27/05/2003 do Ministério do Meio Ambiente.
- Não haverá manejo de vegetação no local da obra.
- O terreno encontra-se localizado em área totalmente urbanizada, com os seguintes equipamentos de infraestruturas: Rede de abastecimento de água, Rede de energia Elétrica, Vias de circulação pavimentadas, Iluminação Pública e Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos.

4. PARECER CONCLUSIVO: A partir da análise dos documentos e após vistoria *in loco* com **PARECER FAVORÁVEL**, do Engenheiro Florestal Nelson Antonio Nicolodi, CREA/RS 039180-D, o Departamento Municipal de Meio Ambiente emite a presente **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**, com prazo de validade de **365 dias** a contar da data de sua emissão, desde que cumpridas as condições e restrições impostas neste documento e às demais legislações ambientais e urbanísticas relativas ao caso ou até a descaracterização do objeto deste licenciamento.

5. CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES PARA A AUTORIZAÇÃO:

5.1 Que esta autorização ambiental, refere-se apenas na liberação para a reforma e ampliação de construção de residência de alvenaria, para uso unifamiliar, sob o ponto de Vista ambiental, devendo o empreendedor atender a Lei das Diretrizes Urbanas e/ou o Código de Postura, no que se refere ao tipo de obra a ser construída e sua localização. **Devendo estar de posse da Aprovação do Setor de Engenharia do Município, antes do Início de qualquer obra no local.**

5.2- Que este documento autoriza somente sob o ponto de vista ambiental a reforma e ampliação do Posto de Saúde do Bairro Progresso, localizado na Rua Firmino de Paula numero 1918 não autorizando nenhuma



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – DMMA
Rua Firmino de Paula, 799, Centro - Ibirubá - RS / Fone: (54) 3324-8570

outra obra ou atividade no local.

5.3. O empreendimento deverá utilizar-se de um sistema de tratamento para os efluentes líquidos sanitários, devendo contemplar fossa séptica conforme a NBR 7229/93, filtro anaeróbico conforme NBR 13969/97 e posterior lançamento em sumidouro ou vala de infiltração, conforme determinações do técnico responsável, nos casos previstos pelo art. 142 da Lei complementar municipal nº110/2014 e regulamentações, que devem estar em conformidade com as normas municipais e determinações do Projeto técnico aprovado pelo setor competente da Prefeitura, devendo **obrigatoriamente** de comunicar o órgão ambiental, assim que for instalado o sistema, para conferência, antes do fechamento do local.

5.4- O sumidouro deverá ser projetado considerado o $Ci=45l/m^2$. dia obtido nos ensaios de infiltração do solo e ter profundidade máxima de 3(três) metros, mantendo a partir da base, uma distância mínima de 1,5 metros do lençol freático assegurando a sua não contaminação.

5.5- Que Para a destinação dos resíduos sólidos gerados classificados como sendo da construção civil, deverá ser observado a Resolução Conama nº307/02, NBR 15.114 e Lei Federal nº12.305/10, não sendo permitido o descarte destes materiais no Aterro Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos de Ibirubá, pois conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual nº 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação final adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

5.6- Que este documento não autoriza o manejo de qualquer vegetação nativa eventualmente existente no local.

5.7- Este documento não exime avaliação/autorização da secretaria competente aos projetos arquitetônicos, de instalações hidros sanitárias, elétricas, estruturais e fundações superficiais, bem como a construção, instalação, reforma ampliação e/ou alteração do empreendimento.

5.8- Que todo o resíduo da construção da obra, seja classificado, depositado provisoriamente em local apropriado, observando-se a resolução CONAMA 307/02, NBR 15114 E Lei Federal 12305810, pois a responsabilidade pela destinação final e adequada e da fonte geradora, portanto, deverá ser destinado corretamente, **para empresas devidamente licenciada para o recolhimento e a destinação final dos resíduos de construção Civil RCC, comprovando a destinação junto ao DMMA.**

5.9-Que a Empresa construtora da Obra, tome todas as precauções para minimizar ao máximo o risco de acidente de trabalho, durante a realização da obra.

ESTA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL É VÁLIDA PARA AS CONDIÇÕES CONTIDAS ACIMA E ATÉ O PRAZO DE 365 DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA EMISSÃO OU ATÉ A DESCARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DESTA AUTORIZAÇÃO.

PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, O DMMA PODERÁ FISCALIZAR A QUALQUER MOMENTO A ATIVIDADE, RELATIVO ÀS CONDICIONANTES IMPOSTAS E PODENDO EMBARGAR/APREENDER/DEMOLIR E EMITIR AUTO DE INFRAÇÃO REFERENTE A QUAISQUER POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUE ESTEJAM EM DESACORDO COM O ESTIPULADO NESTA AUTORIZAÇÃO E NAS NORMATIVAS AMBIENTAIS.

Esta AUTORIZAÇÃO não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigida pela legislação Federal, Estadual, ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

IBIRUBÁ/RS, 23 de julho de 2020.

Alberto Schwanke
Secretário de Agricultura,
Pecuária e Meio Ambiente

ALBERTO SCHWANKE 551 760-72

Secretário de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente